

A INICIATIVA PRIVADA NA EDUCAÇÃO PÚBLICA: O caso do Programa Acelera Brasil

Carmen Cunha R. de Freitas¹
Claudia L. Piccinini²
Leticia Bezerra de Lima³
Ligia Karam Corrêa de Magalhães⁴

RESUMO: O objetivo do presente trabalho é fazer uma análise do Programa Acelera Brasil, do Instituto Ayrton Senna, que pretende solucionar o problema da distorção idade-série a partir de medidas específicas como a realização de dois anos em um, redução de alunos por turma, o uso de um material próprio e por fim, a aplicação de uma “avaliação externa”, por outra empresa privada, a Fundação Carlos Chagas. Percebeu-se a falta de autonomia do professor neste projeto, pois há uma baixíssima participação na realização deste como um todo. O Programa se insere em um contexto específico político, econômico e social, que tem como característica a forte presença de empresas privadas na elaboração, execução e avaliação das políticas educacionais, quando se tem a ideia de que o Estado se mostra ineficaz na realização das suas funções.

GT: A REORDENAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL BRASILEIRA E A EDUCAÇÃO: EMPRESARIAMENTO E RESISTÊNCIAS

1. Contexto

Nas últimas décadas, tem havido grandes mudanças na concepção do papel da educação e do professor na sociedade que são acompanhadas por transformações ocorridas nas políticas públicas para a educação no Brasil. Para compreender estas mudanças ocorridas no âmbito educacional, faz-se necessário uma breve análise das transformações conjunturais que vêm atingindo as esferas política e econômica no Brasil e no mundo.

Estas mudanças em curso na realidade educacional brasileira têm suas raízes em um processo global, que ocorre a partir das transformações da organização do capitalismo, o qual, especialmente a partir da década de 1980, entrou no período que comumente se chama de globalização, ou seja, a internacionalização do capital (WOOD, 2003), na qual ocorreram transformações nas esferas: (1) econômica, com o domínio do capital financeiro sobre o conjunto da produção; (2) produtiva, incluindo a transnacionalização da produção e a chamada revolução tecnológica; e, (3) política, com a diminuição do papel do Estado na garantia dos direitos sociais ao mesmo tempo em que continua sendo peça-chave na regulação econômica, na flexibilização dos direitos dos trabalhadores e na imposição de uma lógica de privatização (LEHER, 2003), medidas necessárias à expansão dos mercados dos países centrais. Neste contexto, os países capitalistas dependentes foram “incentivados” a abrir seus mercados e realizar

¹ Graduada em Pedagogia e Mestranda em educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Email: carmencunha@gmail.com

² Professora Adjunta da da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

³ Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Mestranda em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora de Sociologia da rede estadual do RJ. Email: leticia.sociologia@gmail.com

⁴ Professora Adjunta da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro UFRJ.e-mail: ligiakaram@gmail.com

reformas políticas através do condicionamento à concessão de empréstimos, processo no qual tiveram importância fundamental o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM).

A educação, então, passa a fazer parte desta engrenagem, já que é necessário educar para o consenso e a aceitação das transformações ocorridas, e também formar um novo tipo de trabalhador para uma nova ordem capitalista, a partir dos discursos da empregabilidade e do empreendedorismo (MOTTA, 2009). Além disso, a escola entra na lógica privatista, através da atuação de grandes grupos financeiros não apenas no setor privado, mas também na escola pública, legitimada pelo “fracasso” da educação pública e do discurso de “entregar na mão de quem sabe fazer”, isto é, o empresariado⁵.

É nestes moldes que se encontra o Movimento Todos Pela Educação (MTE), que, segundo seus organizadores,

...é um movimento financiado exclusivamente pela iniciativa privada, que congrega sociedade civil organizada, educadores e gestores públicos que tem como objetivo contribuir para que o Brasil garanta a todas as crianças e jovens o direito à Educação Básica de qualidade (*site* Movimento Todos Pela Educação).

A organização é composta por grandes fundações da iniciativa privada, como o Itaú Social e a Fundação Bradesco, entre muitos outros⁶, e tem exercido grandes influências nas decisões de políticas educacionais, sob o pretexto de melhorar a qualidade da educação pública. Este movimento propõe a execução de cinco metas para a educação brasileira:

Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola; toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos; todo aluno com aprendizado adequado à sua série, todo jovem com o Ensino Médio concluído até os 19 anos; investimento em Educação ampliado e bem gerido (*Site* Movimento Todos Pela Educação).

As metas propostas pelo movimento incorporam bandeiras da luta dos educadores, se utilizando também do senso comum sobre o fracasso da escola pública e a necessidade da qualidade da educação e, desta forma, não são questionadas por grande parcela da população. Entretanto, suas metas para a educação também estão ligadas aos organismos internacionais, como o BM, cujas políticas estão comprometidas com a conservação da atual estrutura da sociedade, o que inclui a reprodução das desigualdades econômicas e sociais (*idem, ibidem*). Ainda segundo os organizadores:

O Todos Pela Educação entende ser dever primordial do Estado oferecer Educação de qualidade a todas as crianças e jovens. No entanto, diante da dimensão e importância dessa tarefa e do quadro histórico da Educação Básica no Brasil, somente a ação dos governos não será suficiente para alcançá-la (*Site* Movimento Todos Pela Educação).

Assim, legitima-se a lógica privatista de que o Estado é incapaz de fornecer um serviço público de qualidade, devendo, portanto, ser entregue às mãos da iniciativa privada, além de reforçar o caráter tecnocrático da gestão eficiente e a meritocracia.

⁵ Segundo a Profª Aparecida Tiradentes, em palestra proferida na mesa-redonda “Educação pública: responsabilidade do Estado”, no Seminário “A educação brasileira nos 80 anos da publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, ocorrida entre 30 e 31 de maio de 2012, na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

⁶ A lista completa das organizações está disponível em: <www.todospelaeducacao.org.br>.

Exemplo forte da influência tanto dos organismos internacionais como dos empresários brasileiros no poder público federal é o Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação, criado através do decreto 6.094/2007 e também do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), de 2007. Este decreto, em seu artigo 2º, institui 28 diretrizes para a educação básica, a serem implementadas nos municípios e estados que aderirem ao Compromisso, e que absorverem as metas fixadas pelo Movimento Todos Pela Educação. O decreto tem como uma de suas diretrizes constituir um comitê local com representantes de diversos setores sociais envolvendo empresas, trabalhadores, alguns setores do poder público como Ministério Público, Conselho Tutelar e Representantes da Educação, que a partir da mobilização social, metas (como a evolução do IDEB) poderiam ser acompanhadas. Prevê também que:

Podem colaborar com o Compromisso, em caráter voluntário, outros entes, públicos e privados, tais como organizações sindicais e da sociedade civil, fundações, entidades de classe empresariais, igrejas e entidades confessionais, famílias, pessoas físicas e jurídicas que se mobilizem para a melhoria da qualidade da educação básica (Decreto 6.094/2007).

Além disso, prevê “firmar parcerias externas à comunidade escolar, visando a melhoria da infra-estrutura da escola ou a promoção de projetos socioculturais e ações educativas”. Desta forma, este decreto institucionaliza a atuação de entes privados na escola pública, através da atuação de ONGs, fundações, e outros atores, na realização de projetos e ações educativas. Estas iniciativas compreendem uma grave ameaça à educação brasileira e ao seu caráter público, já que a iniciativa privada passa, a partir destes projetos, a decidir conteúdos de aprendizagem, materiais, entre outros, para os alunos das escolas públicas, que são os filhos da classe trabalhadora.

2. Problematicando as políticas de aceleração da aprendizagem

Dados do Relatório de Monitoramento de Educação para Todos produzido pelo MEC em 2010 indicam que o Brasil é o país que apresenta o maior índice de repetência escolar da América Latina. Esse resultado é apontado como um dos ‘responsáveis’ pela manutenção do país na 88ª posição no chamado Índice de Desenvolvimento Educacional. Ao cenário marcado por altas taxas de repetência, somam-se baixos índices de conclusão da educação básica e baixos conceitos em exames de avaliação do Ministério da Educação e do exterior⁷.

A elevada taxa de repetência ocasiona o que os burocratas do ensino denominam de “defasagem idade/série”, e este ‘insucesso ou fracasso escolar’ é alardeado como um grande problema educacional brasileiro, fato que tem servido repetidamente como fator de desqualificação do sistema educacional público.

O ‘conceito’ de fracasso escolar pode ser assim definido:

(...) fracasso escolar seria o mau êxito na escola, caracterizado, na compreensão de muitos, como sendo a reprovação e a evasão escolar. Consideramos essa expressão no seu sentido mais amplo, indo além da

⁷ Referimo-nos ao PISA – Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, criado pela OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) cujo objetivo inicial foi coordenar o Plano Marshall. Hoje, é uma organização internacional e intergovernamental, composta por 30 países membros, cujo objetivo é “trocar informações e definir políticas com o objetivo de maximizar o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países membros” (OECD, 2012 IN: <<http://www.cgu.gov.br/ocde/sobre/informacoes/index.asp>>. Acesso em 27 maio 2012). O Brasil não é membro da organização.

reprovação e evasão, incluindo a aprovação com baixo índice de aprendizagem (FORGIARINI E SILVA, 2007, p.1).

O fracasso escolar tem sido objeto de várias pesquisas (PATTO, 1990; ANGELUCCI et al., 2004), sendo que a maioria destas apontam, fatores que a precariedade das condições funcionais e estruturais das escolas contribuem significativamente para o avanço de tais índices. No entanto, é comum observar que a responsabilidade do insucesso da aprendizagem escolar também é atribuída ora ao aluno e sua família, ora ao professor e seus métodos.

Politicamente, outros discursos sobre o fracasso escolar não conseguem desvencilhar a “culpa do Estado”, responsável direto pela gestão da escolarização pública. Afinal, cabe ao Estado criar, implementar e levar a termo programas para “resolver” o “fracasso escolar”, principalmente dos alunos multirrepetentes, que antes de tudo representam números nas estatísticas e na elevação dos custos de sua longa permanência no sistema educacional. Trata-se de apagar as reais causas de um processo histórico, o Estado conformando a escola como reprodutora das condições de classe (ALTHUSSER, 1999).

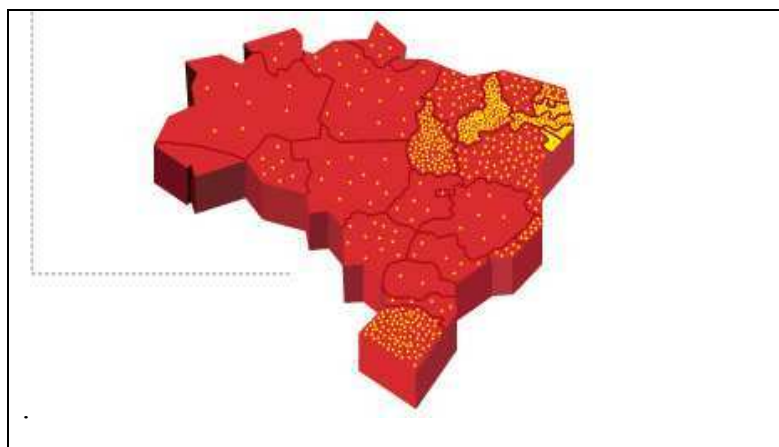
2.1 A política do Programa Acelera Brasil

Políticas educacionais têm sido criadas para mitigarem o fracasso e também o fluxo escolar. A diminuição da distorção idade/série vem recebendo atenção especial. (CORDIÉ *in* BOSSA, 2002, p.18), conforme discutimos a seguir.

Data de fins dos anos de 1960 as primeiras iniciativas que tratavam da defasagem idade/série, mas somente com a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996, é que as ‘Classes de Aceleração’ passam a compor políticas de correção do fluxo escolar (SALES, 2001, p. 66). Desde então, como versões de uma mesma sátira, programas de aceleração da aprendizagem surgem de norte a sul do país.

Em 1994, no governo Fernando Henrique Cardoso, nasce o Programa *Acelera Brasil*, criado sob iniciativa do Instituto Ayrton Senna (IAS)⁸, e que iria se tornar o modelo para programas de aceleração de aprendizagem por todo o território brasileiro. Em seu primeiro ano de existência, 15 municípios implementaram o Programa, o que se estendeu para 24 municípios no ano seguinte. Atualmente são 727 municípios, 25 Estados e DF, com maior concentração na região Nordeste do Brasil, segundo o mapa abaixo.

⁸ O Instituto Ayrton Senna é “*uma Organização não governamental sem fins lucrativos, criada pela família Senna em 1994, com o objetivo de interferir positivamente nas realidades de crianças e adolescentes brasileiros, dando-lhes condições e oportunidades para o desenvolvimento pleno como pessoas, cidadãos e futuros profissionais*”. (Site Instituto Ayrton Senna)



Mapa de Abrangência do Programa Acelera no Brasil. Fonte: Instituto Ayrton Senna (2012)

O Programa tem como orientação a “Pedagogia do Sucesso” de João Batista Araújo e Oliveira (1999), que propõe ao aluno uma efetiva contribuição à formação básica, e, portanto, ao sucesso (LALLI, 2000), contrapondo ao discurso da chamada “cultura da repetência”. Segundo o IAS, o principal objetivo do Programa é:

(...) contribuir para que o aluno, em um ano, alcance o nível de conhecimento esperado para a primeira fase do Ensino Fundamental, de maneira que possa avançar em sua escolaridade. Alunos do Acelera Brasil chegam a realizar duas séries em um ano letivo, de acordo com seu aproveitamento (...) (IAS, *site*).

O material utilizado pelos professores é preparado pelo próprio IAS, de acordo com dois grupos: os alfabetizados e não-alfabetizados. As turmas são compostas por até 25 alunos. Os professores passam por capacitação, inclusive a distância, e frequentemente, são avaliados por um supervisor. A avaliação do aluno acontece ao longo do ano, porém ao final, é critério do professor ou do colegiado de professores decidir se o aluno seguirá para a próxima etapa. Porém, o aluno passa por uma avaliação externa aplicada pela Fundação Carlos Chagas (FCC), no qual deverá apresentar “competência equivalente ao resultado do SAEB”.

No Município do Rio de Janeiro, além da Fundação Ayrton Senna, a mesma linha de *aceleração da aprendizagem* também está sendo trabalhada através do *Programa Autonomia Carioca*, em parceria com a Fundação Roberto Marinho, desde fevereiro de 2010. E está presente em, aproximadamente, 350 comunidades, empregando 330 professores e, segundo dados do IAS, já tendo formado 8,5 mil alunos do Ensino Fundamental. Em 2011, o Projeto deveria atingir 28 mil alunos do 6º ao 8º ano. O Programa, originado de uma parceria entre a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro e a Fundação Roberto Marinho⁹ (FRM), tem como objetivo a conclusão do Ensino Fundamental em apenas um ano, com a consequente correção da defasagem idade-série¹⁰ de alunos entre 14 e 18 anos, do 7º ao 9º ano.

Segundo informações do *Programa Autonomia Carioca* os alunos aprendem conceitos fundamentais de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Geografia e

⁹ A Fundação Roberto Marinho foi criada em 1977 pelo jornalista Roberto Marinho, visando mobilizar pessoas e comunidades, por meio da comunicação, de redes sociais e parcerias, em torno de iniciativas educacionais que contribuam para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira.

¹⁰ Os alunos considerados defasados são aqueles que têm dois anos ou mais que a idade correta para a série.

História, tendo como base o material didático do Telecurso 2000 da FRM e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP)¹¹.

As aulas são ministradas, por um único professor, ou seja, ele é responsável por ministrar todas as matérias do Ensino Fundamental, independentemente da sua área de conhecimento. Esse professor é capacitado na ‘metodologia Telessala’ que tem como principal foco a educação por meio de recurso audiovisual. Assim os alunos assistem aos vídeos do Telecurso e acompanham estes conteúdos visuais através dos livros do programa.

Ano a ano percebe-se o alto investimento do poder público em ampliar projetos dessa natureza. Em 2012, o governador do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, disponibilizou mais de 12 milhões de reais (DO de 07/03, p.22) para a Fundação Roberto Marinho, que desenvolve o *Projeto Autonomia* nas escolas estaduais, com as mesmas características do *Autonomia Carioca*, no município. Percebe-se que esse modelo de “pedagogia” tem ganhado força e investimento, especialmente no Estado do Rio de Janeiro.

Enquanto isso, enchem-se salas de aula com alunos para justificar recurso e estrutura pública; fecham-se turmas e escolas; reduz-se a carga horária de disciplinas que trabalham com a percepção reflexiva e crítica do aluno, no caso a Sociologia e Filosofia no Ensino Médio; desvaloriza-se a carreira docente perversamente, fazendo-o como um executor de planos educacionais pensados “de cima para baixo”, exonera-se do cargo aqueles que não se adequam a esse modelo de educação¹². Ou seja, o que presenciamos hoje na educação pública, especificamente do Rio de Janeiro, é um grande ataque aos trabalhadores da educação pública, tirando praticamente toda a sua autonomia e participação no processo educativo.

3. A (falta de) autonomia do professor no Programa Acelera Brasil

Segundo Kuenzer (1999), ao novo paradigma educacional corresponde um novo papel do professor. Para a autora, não se pretende uma educação de qualidade para os trabalhadores, já que estes provavelmente estarão na informalidade ou até mesmo desempregados. Além disso, não mais se podem ensinar habilidades específicas aos trabalhadores, já que, graças à chamada revolução tecnológica, estas habilidades provavelmente estarão obsoletas amanhã. Desta forma, é necessário apenas transmitir um mínimo de sociabilidade para a convivência em sociedade.

Ainda segundo a autora, para este tipo de educação, precisa-se apenas de um professor que possa cumprir tarefas, “a quem compete realizar um conjunto de procedimentos preestabelecidos” (op.cit, p. 182), retirando de seu trabalho a dimensão de cientista e pesquisador de educação, e transformando-o em um profissional que a autora denomina como “professor tarefeiro”. Neste sentido, Freitas (2012) discute que são retirados do trabalho docente as etapas do planejamento e da execução, restando-lhe, portanto, apenas o papel de executor de planos e programas elaborados por outrem. Este processo se materializa com a introdução, na escola pública, de um número cada vez maior de apostilas e programas prontos, além de avaliações da aprendizagem elaboradas pelas secretarias de educação e pelo MEC.

¹¹ A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) é a principal entidade de representação das indústrias do estado de São Paulo. Juntamente com a FRM lança em 1994 o projeto de educação Telecurso 2000 voltado para jovens e adultos que, por algum motivo, não concluíram os Ensinos Fundamental e Médio.

¹² No último dia 01 de junho de 2012, foram exonerados cerca de 20 diretores das escolas estaduais, inclusive a primeira diretora escolhida por voto direto, na escola estadual Rangel Pestana, no município de Nova Iguaçu.

Desta forma está organizado o Programa Acelera Brasil, um programa do Instituto Ayrton Senna, uma organização sem fins lucrativos que, segundo seus organizadores, “trabalha para desenvolver o potencial das novas gerações, ajudando estudantes a ter sucesso na escola e a ser cidadãos capazes de responder às exigências profissionais, econômicas, culturais e políticas do século 21”¹³ e é “financiado com recursos próprios, de doações e de parcerias com a iniciativa privada”. O programa tem por objetivo a aceleração da aprendizagem de alunos com defasagem idade/série, corrigindo o fluxo e é utilizado, segundo o *site* do programa, nas escolas públicas de oito redes estaduais e 727 redes municipais, através de parcerias do instituto com as secretarias estaduais e municipais de educação.

Para compreender o papel do professor neste programa, bem como suas possibilidades de realizar um trabalho com autonomia, realizamos uma entrevista com a professora Sandra¹⁴, que trabalha desde 2011 em uma classe do Acelera, em uma escola municipal na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro.

Segundo Sandra, o material do Acelera é composto por quatro livros bimestrais, que contem o conteúdo a ser trabalhado com os alunos, um livro do professor, contendo instruções sobre como o conteúdo e as atividades devem ser trabalhadas, e em que ordem devem ser realizadas, etc., além de um livro contendo tabelas bastante detalhadas sobre o aproveitamento de cada aluno, que deve ser preenchido diariamente pelo professor.

Sandra explica como funciona o programa:

O Programa Acelera é um ano letivo, que a Secretaria contrata um pacote, no caso agora ela está contratando da Fundação Roberto Marinho ou do Instituto Ayrton Senna, para atender aos alunos que estão com defasagem idade/ano escolar.

Assim, os alunos passam um ano no acelera e depois “pulam” algumas séries, dependendo do seu desempenho nas avaliações a que são submetidos: no programa e da FCC. Quanto ao papel do professor, Sandra explica que este praticamente não tem autonomia para trabalhar com os projetos externos, como o Programa Acelera Brasil. Ainda afirma que mesmo os Cadernos Pedagógicos, material elaborado pela Secretaria Municipal do Rio de Janeiro, que a princípio é um material de apoio às aulas do professor, torna-se obrigatório, especialmente quando se está em reunião com coordenadores pedagógicos:

A prova do município [Prova Rio, utilizada para avaliar a aprendizagem dos alunos das escolas municipais do Rio de Janeiro] é toda em cima desses cadernos pedagógicos. Então nós [professores] temos, somos obrigados a usar, e é a mesma coisa: a gente não tem a participação na elaboração destes projetos pedagógicos. Inclusive, eles chegam já pra gente aplicar.

Ao contrário do que os documentos oficiais anunciam, a execução das aulas e a avaliação são previamente estabelecidas, ou seja, a professora diz:

[as avaliações] Desse Programa Acelera, como vem também da secretaria as provas pra gente aplicar. Na realidade, nós estamos trabalhando com pacotes, o tempo todo, né? Tanto nas séries regulares quanto nas séries do Acelera.

¹³ Disponível em: [www. http://senna.globo.com/institutoayrtonenna](http://senna.globo.com/institutoayrtonenna).

¹⁴ O nome foi alterado a pedido da professora.

Se não bastasse o controle exercido sobre o professor, Sandra ainda afirma que “a gente tem que assinar um termo de compromisso de que a gente vai seguir à risca a proposta deles, a gente não vai fugir da proposta deles”.

Assim, através do depoimento da professora, podemos ver que o nível de autonomia pedagógica de Programa Acelera Brasil é baixíssimo (ou inexistente), e isto se estende também às classes regulares do município. Portanto, podemos confirmar, no âmbito deste programa, a concepção de professor tarefeiro, que não participa das etapas da elaboração do processo de ensino-aprendizagem, com especial atenção com o grupo de alunos com os quais trabalha, levando em consideração contextos específicos e a complexidade do trabalho que passa pela organização de conteúdos, até as propostas de avaliação do referido processo.

Na contramão desse movimento de formatação do trabalho do professor, presencia-se a organização dos profissionais da educação através do Sindicato dos Profissionais da Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEPE) para que haja o protagonismo desses profissionais da educação pública. No último mês de maio foi realizado o lançamento da Escola de Formação, chamado pelo Coletivo de Formação do SEPE/RJ e em apoio, participou alguns professores com forte expressão no que tange à luta em defesa da escola pública, como o Prof. Roberto Leher (FE/UFRJ) e Profª. Vânia Motta (FE/UFRJ).

A principal proposta da Escola é a construção coletiva do trabalho docente da escola pública, um espaço de contínua reflexão e participação ativa da categoria nos espaços que circundam a atuação docente. Será na Escola que seus participantes terão nas mãos a possibilidade de construir e retomar o protagonismo que há muito lhe foi tirado.

Ao mesmo tempo em que nos culpam pelo caos em que se encontra a educação, tramam novas medidas de arrochos orçamentários, seja pelo fechamento de turmas, de turnos ou de escolas, seja pelo achatamento salarial. Alteram o modo como vemos o mundo, nos tiram a esperança, a autoconfiança e nos esvaziam de nós mesmos pra nos orientar aos objetivos da formação para o capital (Manifesto Coletivo Formação SEPE, 2012).

A partir da união da categoria, inclusive no seu processo de formação, é que pode-se pensar a construção de uma proposta efetiva de educação pública de qualidade.

(...) a Escola de Formação do SEPE, aprovada pela categoria no último Congresso de nossa entidade, tem se mostrado uma grande oportunidade de rearticulação política da categoria dos profissionais da educação. Nela consolidaremos um espaço plural, horizontal e fraterno de formação política PELA categoria e PARA a categoria, com vistas aos interesses que nos unem e às nossas necessidades (Manifesto, 2012).

4. Considerações Finais

Ao longo deste trabalho procuramos contextualizar a política educacional desenvolvida em âmbito nacional chamada de “aceleração de aprendizagem” através de projetos realizados por empresas da iniciativa privada.

No caso desta comunicação, especificamente, o Projeto Acelera Brasil, criado pelo Instituto Ayrton Senna, que tem como principal objetivo corrigir a distorção idade-série de alunos da escola pública, basicamente fazendo dois anos em um, a partir de material didático próprio e uma metodologia específica, que como vimos exclui o professor de todo o processo pedagógico.

Ao desconsiderar o todo do processo de ensino-aprendizagem, inclusive as condições estruturais e sociais dos alunos, entende-se que o objetivo geral desse projeto não é o de efetivamente oferecer uma formação de qualidade, mas superar taxas, índices preocupantes, sem dúvida.

Uma alternativa a esse processo é a protagonização da educação pelos educadores, ou seja, por aqueles que efetivamente estão no dia a dia escolar, como apresenta o projeto de Escola de Formação do SEPE. Para que isto seja possível, é necessário que, além de uma formação de qualidade (a ser discutida coletivamente, a partir dos anseios da sociedade), o professor disponha de boas condições de trabalho e remuneração, e também de autonomia pedagógica, podendo organizar todas as etapas do seu trabalho. Portanto, faz-se necessário o resgate do papel do professor enquanto intelectual e cientista da educação, que organiza pesquisa e elabora suas metodologias de trabalho, estabelece práticas pedagógicas inovadoras, a partir dos conteúdos a serem trabalhados com os alunos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, L. *Sobre a reprodução*. Petrópolis: Vozes, 1999.

ANGELUCCI, Carla Bianca et al. O Estado da Arte da Pesquisa sobre o Fracasso Escolar (1991 – 2002): Um Estudo Introdutório. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n.1, Jan/Abr, 2004.

BOSSA, N. A. *Fracasso escolar: um olhar psicopedagógico*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.

BRASIL. *Fracasso escolar no Brasil: Políticas, programas e estratégias de prevenção ao fracasso escolar*. Brasília, MEC/SEIF, 2005.

BRASIL. Decreto 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação. Brasília, Presidência da República.

BRASIL. *O Plano de Desenvolvimento da Educação: Razões, princípios e programas*. Brasília: MEC, 2007.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/>. Acesso em: 28/11/2011.

FORGIARINI, S. A. B.; SILVA, J. C. Escola Pública: fracasso escolar numa perspectiva histórica. In: *Anais do Simpósio de Educação/ XIX Semana de Educação: A Formação de Professores no Contexto da Pedagogia Histórico-crítica*. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2007. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br>> Acesso em: 01/06/2012.

FREITAS, Carmen C. R. de. *A Função Social do Professor em Florestan Fernandes*. 2012. Monografia apresentada à Faculdade de Educação da UFRJ para obtenção do grau de licenciatura em pedagogia.

FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO. Disponível em: <<http://www.frm.org.br>>. Acesso em: 28/11/2011.

INSTITUTO AYRTON SENNA. Disponível em: <http://senna.globo.com/institutoayrtonenna>. Acesso em: 28/11/2011.

INSTITUTO AYRTON SENNA. *Programa Acelera Brasil*. Disponível em: <http://senna.globo.com/institutoayrtonenna/br/programas_acelerabrasil.asp>. Acesso em: 04/06/2011.

KUENZER, Acacia Z. As políticas de formação: A constituição da identidade do professor sobrando. *Educação & Sociedade*, ano XX, nº 68, Dezembro/99.

LEHER, Roberto. Reforma do Estado: O privado contra o público. *Rev. Educação, Saúde e Trabalho*, 1(2): 27-51, 2003.

MANIFESTO DE LANÇAMENTO DA ESCOLA DE FORMAÇÃO SINDICAL DO SEPE/RJ. Coletivo de Formação do SEPE / RJ, maio 2012.

MOTTA, Vânia C. Educação como caminho, mas qual? Todos Pela Educação ou em Defesa da Escola Pública? *IELA. Anuário Educativo Brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2009.

MOVIMENTO TODOS PELA EDUCAÇÃO. Disponível em: <www.todospelaeducacao.org.br>. Acesso em: 01/06/2011.

PATTO, Maria Helena Souza. *A Produção do Fracasso Escolar: histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

SALES, S. C. F. *Educação de jovens e adultos no Estado da Bahia. Programa de Aceleração I e II*. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: Programa de História, Política e Sociedade. São Paulo. 2001.

WOOD, Ellen. *El Imperio Del Capital*. Espanha: El Viejo Topo, 2003.